

Colombo
Agroindústria S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Colombo Agroindústria S.A.**
Ariranha - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Colombo Agroindústria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Colombo Agroindústria S.A. em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes

transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027666/F



Giovanni Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Colombo Agroindústria S.A.

Balanco patrimonial em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	782.102	369.452	Fornecedores	18	150.164	199.537
Contas a receber	10	93.368	80.865	Empréstimos e financiamentos	19	454.194	323.025
Estoques	11	171.668	154.581	Instrumentos financeiros derivativos	25	55.815	52.262
Ativo biológico	13	419.496	312.126	Parcerias agrícolas a pagar	20	144.915	125.149
Adiantamentos a fornecedores	12	35.282	100.525	Arrendamentos a pagar	20	13.988	15.613
Impostos a recuperar	14	12.404	74.600	Impostos e contribuições a recolher	21	25.676	19.317
Instrumentos financeiros derivativos	25	1.901	66.892	Imposto de renda e contribuição social a recolher	26	29.063	28.898
Outros ativos		3.314	3.258	Salários e encargos a recolher		24.783	26.914
Total do ativo circulante		1.519.535	1.162.299	Adiantamentos de clientes		6.087	7.028
Não circulante				Dividendos a pagar	23	96.265	53.649
Instrumentos financeiros derivativos	25	25.338	60.965	Outras obrigações		66.560	35.791
Impostos a recuperar	14	14.378	40.782	Total do passivo circulante		1.067.510	887.183
Depósitos judiciais	15	21.885	10.718	Não Circulante			
Adiantamentos a fornecedores	12	50	350	Outras obrigações		-	28.408
Total do realizável a longo prazo		61.651	112.815	Empréstimos e financiamentos	19	1.188.521	1.142.755
Outros investimentos		161	160	Instrumentos financeiros derivativos	25	16.884	21.188
Direito de uso	16	677.614	672.128	Parcerias agrícolas a pagar	20	351.300	341.529
Imobilizado	17	1.942.611	1.820.355	Arrendamentos a pagar	20	37.951	34.697
				Provisão para demandas judiciais	22	36.710	10.339
				Passivo fiscal diferido	26	80.477	114.513
				Total do passivo não circulante		1.711.843	1.693.429
				Patrimônio líquido			
				Capital social	23	880.020	750.255
				Reservas de lucros		428.852	274.629
				Ajustes de avaliação patrimonial		113.347	162.261
				Total do patrimônio líquido		1.422.219	1.187.145
Total do ativo não circulante		2.682.037	2.605.458	Total do passivo		2.779.353	2.580.612
Total do ativo		4.201.572	3.767.757	Total do passivo e patrimônio líquido		4.201.572	3.767.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020.

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	27	1.994.806	1.634.816
Varição do valor justo de ativos biológicos	13	157.824	(92.705)
Custo dos produtos vendidos	28	<u>(1.131.302)</u>	<u>(1.073.980)</u>
Lucro bruto		<u>1.021.328</u>	<u>468.131</u>
Despesas com vendas	28	(107.943)	(85.530)
Despesas administrativas e gerais	28	(66.765)	(73.865)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	10	3.156	-
Outras receitas operacionais, líquidas	29	<u>8.535</u>	<u>16.733</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>858.311</u>	<u>325.469</u>
Receitas financeiras	30	143.300	253.790
Despesas financeiras	30	<u>(406.245)</u>	<u>(246.219)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(262.945)</u>	<u>7.571</u>
Resultado antes dos impostos		595.366	333.040
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	13.225	31.288
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	<u>(203.265)</u>	<u>(147.725)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(190.040)</u>	<u>(116.437)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>405.326</u></u>	<u><u>216.603</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020.

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	405.326	216.603
Outros resultados abrangentes do período	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>405.326</u>	<u>216.603</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020.

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Total	
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de abril de 2019	600.000	49.141	274.305	-	160.892	1.084.338
Realização do custo atribuído	-	-	-	9.024	(9.024)	-
Aumento de capital com reservas	199.018	(48.763)	(150.255)	-	-	-
Incorporação do Acervo líquido da Companhia Agrícola Colombo - Nota 1.1	(48.763)	-	-	-	10.393	(38.370)
Realização do custo atribuído de propriedade para investimentos	-	-	(23.983)	-	-	(23.983)
Resultado do exercício	-	-	-	216.603	-	216.603
Reserva legal	-	10.830	-	(10.830)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(51.443)	-	(51.443)
Reserva para retenção de lucros	-	-	163.354	(163.354)	-	-
Saldos em 31 de março de 2020	750.255	11.208	263.421	-	162.261	1.187.145
Realização do custo atribuído	-	-	-	8.516	(8.516)	-
Aumento de capital com reservas	163.354	-	(163.354)	-	-	-
Aporte de capital com dividendos	17.271	-	-	-	-	17.271
Cisão parcial de ativos	(50.860)	-	-	-	(40.398)	(91.258)
Resultado do exercício	-	-	-	405.326	-	405.326
Reserva legal	-	20.266	-	(20.266)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(96.265)	-	(96.265)
Reserva para retenção de lucros	-	-	297.311	(297.311)	-	-
Saldos em 31 de março de 2021	880.020	31.474	397.378	-	113.347	1.422.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Colombo Agroindústria S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020.

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período		405.326	216.603
Ajustes para:			
Depreciação	28	30.766	34.131
Provisão para contingências	22	16.513	3.084
Amortização de entressafra	28	98.077	65.808
Amortização de direito de uso	28	195.795	-
Redução decorrente de colheita (trato)	28	313.809	7.616
Resultado na venda de ativo imobilizado	29	(1.942)	(25)
Perdas (ganhos) não realizados com derivativos	25	153.394	(21.059)
Juros de empréstimos e financiamentos	19	77.188	97.712
Juros de parcerias e arrendamentos	20	33.400	8.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(13.225)	(31.288)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	203.265	147.725
Provisão estimada para perdas com créditos	10	(3.156)	
Valor justo do ativo biológico	13	(157.824)	92.705
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(9.347)	24.212
Estoques		12.962	(23.937)
Adiantamentos a fornecedores		65.543	(136.051)
Impostos a recuperar		(4.564)	25.509
Outros ativos		(56)	3.998
Depósitos judiciais e outros		(1.309)	(711)
Fornecedores		(49.373)	65.085
Impostos e contribuições a recolher		91.667	(4.518)
Imposto de renda e contribuição social		29.063	(75.445)
Salários e encargos a recolher		(2.131)	(15.553)
Adiantamentos de clientes		(941)	(3.439)
Outras obrigações		2.360	26.154
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.485.260	507.182
Juros pagos sobre empréstimos	19	(84.923)	(94.162)
Juros pagos sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	20	(28.619)	(4.314)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(224.307)	(64.260)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.147.411	344.446
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	17	(196.771)	(119.300)
Recebimento por venda de imobilizado		4.408	3.641
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	17	(187.262)	(98.228)
Investimentos em ativo biológico - tratamentos culturais	13	(265.379)	(88.998)
Caixa e equivalentes de caixa recebido por incorporação	9	-	246
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(645.004)	(302.639)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados	19	885.287	431.022
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	23	(36.378)	(11.183)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	19	(700.617)	(338.659)
Pagamentos de parcerias e arrendamentos agrícolas	20	(184.522)	(42.303)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	25	(53.527)	(7.168)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(89.757)	31.709
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		412.650	73.516
Demonstração (da redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	9	369.452	295.936
No fim do exercício	9	782.102	369.452
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		412.650	73.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Colombo Agroindústria S.A. (“Companhia” ou “Colombo”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como objetivo principal a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar, etanol anidro e hidratado e produtos afins e o seu principal controlador é a holding Angelina Colombo Participações S.A. A Companhia faz parte do Grupo Colombo, juntamente com João Colombo Agrícola S.A.

Além da produção própria, a cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos também é adquirida de terceiros.

A Companhia possui três unidades industriais localizadas nos municípios de Ariranha, Palestina e Santa Albertina, todos no Estado de São Paulo.

O exercício social da Companhia se encerra em 31 de março de cada ano.

1.1 Cisão parcial dos ativos de cogeração e propriedades agrícolas

Em 31 de julho de 2020, visando o processo de reformulação societária iniciado com a conversão da Companhia para o modelo de agroindústria através da incorporação do acervo líquido da antiga Cia Agrícola Colombo em 31 de dezembro 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da Companhia, englobando os ativos de cogeração de energia elétrica e propriedades agrícolas produtivas registradas no imobilizado.

Os ativos de cogeração foram vertidos para quatro empresas energéticas denominadas Colombo Bioenergia S.A. - UTE 1, Colombo Bioenergia S.A. – UTE 2, Colombo Bioenergia S.A. - UTE 3 e Colombo Bioenergia S.A. – UTE 4 sendo as duas primeiras localizadas junto a unidade da Companhia em Ariranha e as duas últimas localizadas nos municípios de Palestina e Santa Albertina, respectivamente, todas as Empresas criadas ficaram abaixo da mesma Controladora da Companhia.

As propriedades agrícolas produtivas (que são destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar) foram vertidas para a João Colombo Agrícola S.A., que possui contrato de parceria agrícola com a Companhia e já havia recebido a parcela de terras da Cia Agrícola Colombo na cisão ocorrida em 31 de dezembro de 2019.

Toda a cisão parcial foi realizada com base em laudo emitido em 08 de julho de 2020 por empresa especializada e tomou como base os valores desses ativos em 31 de março de 2020, as variações patrimoniais entre a data do laudo até a data efetiva da incorporação no montante de R\$ 491 foi registrado no resultado da Companhia.

Segue abaixo o resumo do acervo líquido cindido em 31 de julho de 2020:

Ativo	31/07/2020	Passivo	31/07/2020
Imobilizado		Passivo Fiscal Diferido	
Ativos de cogeração	44.382	IR e CSLL Sobre Mais valia	20.811
Terras	<u>6.478</u>		<u>20.811</u>
	<u>50.860</u>	Total Passivo Cindido	<u>20.811</u>
Imobilizado - custo atribuído			
Ativos de cogeração	11.123		
Terras	<u>50.085</u>		
	<u>61.209</u>		
Ativo Cindido	<u><u>112.070</u></u>	Acervo Líquido	<u><u>91.258</u></u>

2 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

Com o início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) diversas medidas de isolamento social e prevenção foram estabelecidas por diversos países. A Companhia, preocupada em garantir o bem-estar a saúde e a integridade de seus colaboradores bem como a segurança e a continuidade de suas operações essenciais, implementou um plano de contingência com várias ações em todos os seus setores mantendo contato próximo com autoridades, fornecedores, clientes e demais partes interessadas nas atividades da Companhia, além de promover ações sociais nas comunidades às quais suas unidades estão inseridas.

A totalidade dos impactos da Covid-19 em todas as operações da Companhia, bem como em seus resultados, condição financeira e de fluxo de caixa são altamente incertos, por dependerem de diversos elementos futuros que não podem ser previstas com razoável certeza no momento da divulgação dessas demonstrações financeiras. Neste contexto, apresentamos as principais ações tomadas pela Companhia na mitigação dos impactos da pandemia em todos os aspectos de sua operação.

(i) *Premissa da continuidade operacional*

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando o pressuposto de continuidade operacional de todos os seus negócios.

(ii) *Redução do valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários*

A Companhia avaliou indicativos de uma perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários e concluiu que não há indicativos de redução dos valores contábeis, visto que o valor em uso é significativamente superior ao seu valor contábil; também não houve mudanças significativas na base tributável dos principais tributos e não há limite prescricional para compensação dos créditos tributários, além disso, não houve mudanças relevantes nas projeções de lucros tributáveis futuros.

(iii) *Estimativa de perdas com créditos*

A Companhia avalia de forma constante os limites de crédito e o risco de *default* junto aos seus clientes. Nesse período de pandemia não foi identificadas questões relevantes de inadimplência e/ou dificuldades financeiras de seus clientes, o que faz com que a Companhia mantenha sua premissa de estimativa de perdas esperadas com créditos.

(iv) **Redução ao valor realizável dos estoques**

A Companhia calculou o custo médio dos estoques para avaliar a realização com base nos preços disponíveis na data destas demonstrações financeiras, e não foram identificados custos superiores ao valor recuperável dos produtos. Com esse novo cenário, diante da pandemia do Covid-19, a Companhia mudou seu *mix* de produção qual está voltado para a produção de açúcar, produto qual se realizou com preços atrativos e com maior demanda doméstica o que gerou uma receita 58,79% maior que na safra anterior. Já o etanol, sua demanda foi parcialmente reduzida gerando uma receita de 8,24% menor que a safra anterior.

(v) **Liquidez**

A Companhia, antes mesmo do início da pandemia, já mantinha a estratégia de gerenciamento financeiro de sua liquidez, através da manutenção do saldo de caixa e equivalentes de caixa. Nesta safra a Companhia passou a manter em caixa recursos superiores aos apresentados nas últimas 5 safras e além disso, aprimorou seus controles financeiros e está atualizando suas projeções semanalmente para garantir que o caixa não seja impactado de forma relevante.

(vi) **Capex**

A Companhia prevê, inicialmente, manter apenas os investimentos necessários para a manutenção de suas atividades agrícolas e industriais. Nesta safra, a Companhia concluiu a construção de dois tanques para armazenagem de etanol, com o intuito estratégico de dispor deste produto durante o período de baixa oferta a melhores preços. O investimento se totalizou em R\$ 14 milhões até a data destas demonstrações financeiras.

(vii) **Arrendamentos**

Até a data destas demonstrações financeiras não houve alteração nos contratos celebrados com parceiros agrícolas, os prazos e preços estão mantidos conforme acordado. Logo, os valores registrados no direito de uso e no passivo de arrendamento não sofreram qualquer alteração em consequência dos impactos do Covid-19.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de junho de 2021. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamento realizados na aplicação de políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 26 - Ativos e passivos fiscais diferidos:**
A Companhia reconhece provisões para situações que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrado, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado; e
- **Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.**
O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.
- **Notas explicativas nº 16 e 20 - Arrendamentos e parcerias a pagar e Direito de uso:**
Determinação do prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação, e determinação da taxa de desconto dos passivos de arrendamento; e

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findo em 31 de março de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 17** - análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 22** - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 13** - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico; e
- **Nota explicativa nº 25** - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.
- O ativo biológico é mensurado pelo valor justo;

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

As alterações ao CPC 15, sobre definição de um negócio e alterações ao CPC 48, 38 e 40 sobre a Reforma da taxa de juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020 não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. (Veja também Nota explicativa nº 7).

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. No caso da Companhia, essa transferência de controle ocorre geralmente quando da entrega dos produtos nos clientes (no caso da venda de açúcar), ou na retirada do produto nas unidades industriais da Companhia (no caso da venda de etanol).

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- descontos obtidos;
- instrumentos financeiros derivativos;
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- Outras receitas e despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, sendo classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado) e são reconhecidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais líquidas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente

no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gastos, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos como despesas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edificações	1,67%
Benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos e instalações	5,00%
Veículos leves	10,00%
Veículos pesados	5,00%
Móveis e utensílios	10,00%
Aeronaves	6,67%
Equipamentos de informática	33,33%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada de encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iv) Manutenção de entressafra

Os gastos com manutenção de entressafra são gastos ocorridos na manutenção de equipamentos industriais, veículos e máquinas agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para amortização na safra seguinte.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes, outros recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com

base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras e as alterações são contabilizadas no resultado.

(v) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Redução ao valor recuperável - *Impairment*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações; ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados,

descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

k. Direito de uso, parcerias e arrendamentos a pagar

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal única que corresponde a taxa incremental calculada com base nas captações de empréstimos da Companhia e que leva em consideração o prazo e risco dos arrendamentos..

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

l. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

A Companhia não concluiu a avaliação sobre o impacto das seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração do CPC 06);
- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15); e
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no ativo, passivo, resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	14.008	1.586
Aplicações financeiras	<u>768.094</u>	<u>367.866</u>
Total	<u><u>782.102</u></u>	<u><u>369.452</u></u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxa de 100% a 104,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa nº 25.

10 Contas a receber

	2021	2020
Contas a receber - Mercado interno	98.749	94.484
Contas a receber - Mercado Externo	5.082	-
(-) Provisão perda esperada	<u>(10.463)</u>	<u>(13.619)</u>
	<u>93.368</u>	<u>80.865</u>

As contas a receber são classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Representado substancialmente por saldos a receber referentes à venda de açúcar e etanol no mercado interno e externo. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota explicativa nº 25.

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

	2021	2020
Valores a vencer	83.535	79.493
Vencidos		
Até 30 dias	7.605	3.463
De 31 a 60 dias	7	89
De 61 a 90 dias	10	487
De 91 a 180 dias	181	1.591
De 181 a 360 dias	359	310
Acima de 360 dias	<u>12.135</u>	<u>9.051</u>
Total vencidos	<u>20.296</u>	<u>14.991</u>
Total	<u>103.831</u>	<u>94.484</u>

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes é assim apresentada:

	2021	2020
Saldo inicial	(13.619)	(3.930)
Reversão/(Complemento) de provisão	3.156	(9.689)
	(10.463)	(13.619)

Na avaliação da administração o montante de R\$ 10.463 em 31 de março de 2021 (R\$ 13.620 em 31 de março de 2020), representa a melhor estimativa para perdas esperadas com créditos.

11 Estoques

	2021	2020
Açúcar	7.473	29.256
Etanol	39.679	19.995
Almoxarifado	124.516	105.330
Total	171.668	154.581

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados quando necessário, por provisão para redução ao valor de realização.

12 Adiantamentos a fornecedores

	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores de cana-terceiros	5.475	80.079
Adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços	29.807	20.446
Adiantamentos a fornecedores de cana-partes relacionadas (nota 31)	50	350
Total	35.332	100.875
Circulante	35.282	100.525
Não circulante	50	350

13 Ativo biológico

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

Saldo em 31 de março de 2019	-
Aquisição de ativo biológico da Cia Agrícola Colombo	323.449
Aumento devido às novas plantações - Trato	88.998
Redução decorrente de colheita (trato) – (sem efeito caixa)	(7.616)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(92.705)
Saldo em 31 de março de 2020	312.126
Aumento devido às novas plantações - Trato	265.379
Redução decorrente de colheita (trato) – (sem efeito caixa)	(315.833)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	157.824
Saldo em 31 de março de 2021	419.496

Cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2021	2020
Área estimada de colheita (hectares)	117.042	119.196
Produtividade média prevista (tons de cana/hectares)	78,58	83,83
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136,05	136,55
Valor do Kg de ATR - (R\$)	0,964	0,7019

Em 31 de março de 2021 a taxa de desconto real utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 4,48% ao ano (5,49% em 31 de março de 2020).

Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos dos seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 58.607. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 43.783.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. Nesta safra, as condições climáticas causaram uma redução de 7,75% na produtividade da lavoura impactando diretamente no volume de cana disponível para colheita em relação a safra anterior. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

O período de colheita anual de cana na região Centro-Sul do Brasil geralmente começa entre abril e maio, e termina entre novembro e dezembro. Isso cria variações de estoques, que

geralmente encontram-se mais elevado em novembro e dezembro, para cobrir as vendas na entressafra (dezembro a abril) e um grau de sazonalidade no lucro bruto, que tende a ser menor no último trimestre do ano fiscal (outubro a dezembro).

14 Impostos a recuperar

	2021	2020
ICMS (i)	2.488	64.592
PIS e COFINS (ii)	16.901	40.105
IRPJ e CSLL (iii)	289	7.908
Outros	7.104	2.777
Total	26.782	115.382
Circulante	12.404	74.600
Não circulante	14.378	40.782

- (i) **ICMS:** O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48 e por créditos apurados na aquisição de insumos agrícolas e industriais, sobretudo combustíveis, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (ii) **PIS e COFINS:** O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS. Esses créditos poderão ser compensados com outros tributos federais.
- (iii) **IRPJ e CSLL:** O saldo é composto por valores recolhidos por estimativa no exercício anterior e que foram compensados na safra atual.

Em outubro de 2018 a Companhia obteve êxito, com trânsito em julgado, na ação interposta contra a União, onde pleiteava-se a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A referida ação foi iniciada no ano de 2008, tendo seus efeitos retroativos até o ano de 2003. O pedido de compensação do crédito foi objeto de homologação via procedimento administrativo perante à Superintendência da Receita Federal do Brasil no mês de março de 2020. Desde então, a Companhia vem compensando o saldo do crédito via PER/DCOMP. Vide nota 29.

15 Depósitos judiciais

	2021	2020
IPI sobre vendas de açúcar (i)	11.523	11.523
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (i)	-	(9.858)
Trabalhistas e Cíveis	10.362	9.053
Total	21.885	10.718

Em 31 de março de 2020 os depósitos judiciais de IPI eram apresentados líquidos da provisão para perdas das ações correspondentes.

- (i) Refere-se a depósitos judiciais do IPI sobre o açúcar no período de julho de 2007 a março de 2009 pelo fato de a Companhia considerar a inconstitucionalidade da tributação, fundamentada, entre outros aspectos, pela violação do princípio da seletividade, previsto no artigo 153, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal. A Companhia reconheceu o passivo correspondente.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo correspondente ao processo do IPI foi baixado tendo em vista o trânsito em julgado da decisão proferida nos autos que suspendeu definitivamente a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente a Companhia está na fase de resgate dos respectivos depósitos judiciais.

16 Direito de uso

	31/03/2021		
Custo ou avaliação:	Arrendamentos agrícolas	Parcerias Agrícolas	Total
Adoção Inicial (CPC 06 (R2))	52.932	591.097	644.029
Adições novos contratos - sem efeito caixa	-	6.071	6.071
Remensuração de contratos – sem efeito caixa	2.154	19.874	22.028
Saldo 31/03/2020	55.086	617.042	672.128
Adições novos contratos - sem efeito caixa	11.783	84.796	96.579
Remensuração de contratos – sem efeito caixa	8.911	105.417	114.328
Amortização	(21.277)	(184.144)	(205.421)
Saldo 31/03/2021	54.503	623.111	677.614

Os contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas passaram a atender as definições de arrendamento a partir de 1º de janeiro de 2020, no caso específico da Companhia, pela incorporação das atividades da antiga coligada Companhia Agrícola Colombo. Antes da incorporação os contratos eram detidos por esta Companhia e estes não se enquadravam nas premissas do normativo CPC 06(R2), visto que a Companhia Agrícola Colombo detinha o direito de uso e acesso à terra mas não realizava nenhum pagamento ao parceiro.

A amortização do direito de uso seguirá o fluxo de amortização no período de safra, compreendido entre abril e novembro de cada ano fiscal, na proporção da entrada de cana colhida nas áreas objeto de arrendamento e parcerias. Logo, não há amortização no período compreendido entre janeiro e março de 2020, período que não há produção industrial.

O prazo médio de amortização dos contratos de arrendamento os quais estão vinculados com esses direitos de uso é de aproximadamente 7 safras a contar da adoção inicial do CPC 06 (R2).

17 Imobilizado

Custo	01/04/2020	Adição	Baixas	Cisão	Transf.	31/03/2021
Terras	61.238	-	-	(56.563)	-	4.675
Edifícios e benfeitorias	107.785	203	-	(3.350)-	826	105.464
Móveis e utensílios	7.501	175	-	-	2	7.678
Veículos	259.434	6.180	(4.704)	-	-	260.910
Máquinas e implementos agrícolas	176.768	7.294	(3.256)	-	-	180.806
Máquinas, equipamentos e instalações	910.528	1.881	(1.033)	(85.290)-	46.498	872.584
Equipamentos de informática	13.030	697	-	-	-	13.727
Manutenção de entressafra	99.210	118.395	-	-	-	217.605
Imobilizado em andamento	29.205	27.325	(16)	(806)-	(47.269)	8.439
Lavouras de cana	992.590	187.262	-	-	-	1.179.852
Outras imobilizações	13.712	1.876	(12.686)	-	(57)	2.845
Adiantamento Imobilizado (i)	-	32.745	-	-	-	32.745
Total	2.671.001	384.033	(21.695)	(146.009)	-	2.887.330

Depreciação

Edifícios e benfeitorias	(28.001)	(1.836)	-	700	-	(29.137)
Móveis e utensílios	(4.850)	(306)	-	-	-	(5.156)
Veículos	(199.303)	(7.570)	3.822	(640)	5	(203.685)
Máquinas e implementos agrícolas	(89.756)	(11.996)	2.604	(273)	-	(98.823)
Máquinas, equipamentos e instalações	(508.137)	(26.934)	381	34.152	(5)	(501.140)
Equipamentos de informática	(8.178)	(523)	-	-	-	(8.701)
Outras imobilizações	(12.421)	-	12.423	-	-	-
Manutenção de entressafra	-	(98.077)	-	-	-	(98.077)
Total	(850.646)	(147.242)	19.230	33.939	-	(944.719)

Imobilizado líquido

	31/03/2021	01/04/2020
Terras	4.675	61.238
Edifícios e benfeitorias	76.327	79.784
Móveis e utensílios	2.522	2.651
Veículos	57.224	60.131
Máquinas e implementos agrícolas	81.385	87.012
Máquinas, equipamentos e instalações	372.041	402.391
Equipamentos de informática	5.026	4.852
Manutenção de entressafra	119.528	99.210
Imobilizado em andamento	8.439	29.205
Lavouras de cana	1.179.852	992.590
Outras imobilizações	2.847	1.291
Adiantamento Imobilizado	32.745	-
Total	1.942.611	1.820.355

(i) Refere-se a cartas de crédito contempladas em consórcio ainda não utilizadas para a aquisição dos respectivos bens.

Custo	01.04.2019	Adição	Baixas	Transf.	Incorporação	31.03.2020
Terras	18.645	42.571	-	-	22	61.238
Edifícios e benfeitorias	101.316	78	-	295	6.096	107.785
Móveis e utensílios	5.845	264	-	-	1.392	7.501
Veículos	31.847	4.162	(3.510)	-	226.935	259.434
Máquinas e implementos agrícolas	-	-	(1.839)	-	178.607	176.768
Máquinas, equipamentos e instalações	832.555	2.844	(385)	1.142	74.372	910.528
Equipamentos de informática	9.798	938	-	-	2.294	13.030
Manutenção de entressafra	60.775	103.578	(65.808)	-	665	99.210
Imobilizado em andamento	20.754	9.888	-	(1.437)	-	29.205
Lavouras de cana	-	992.590	-	-	-	992.590
Outras imobilizações	12.744	691	-	-	277	13.712
Total	1.094.279	1.157.604	(71.542)	-	490.660	2.671.001
Depreciação	01.04.2019	Adição	Baixas	Transf.	Incorporação	31.03.2020

Colombo Agroindústria S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2021

Terras	-	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	(23.225)	(1.777)	-	-	(2.999)	(28.001)
Móveis e utensílios	(3.851)	(326)	-	-	(673)	(4.850)
Veículos	(20.869)	(4.019)	2.118	5	(176.538)	(199.303)
Máquinas e implementos agrícolas	-	384	-	-	(90.140)	(89.756)
Máquinas, equipamentos e instalações	(425.538)	(27.798)	-	(5)	(54.771)	(508.112)
Equipamentos de informática	(6.307)	(473)	-	-	0	(6.780)
Manutenção de entressafra	-	-	-	-	(1.423)	(1.423)
Outras imobilizações	(12.299)	(122)	-	-	-	(12.421)
Total	(492.089)	(34.131)	2.118	-	(326.544)	(850.646)
Imobilizado líquido					31.03.2020	01.04.2019
Terras					61.238	18.645
Edifícios e benfeitorias					79.784	78.091
Móveis e utensílios					2.651	1.994
Veículos					60.131	10.978
Máquinas e implementos agrícolas					87.012	-
Máquinas, equipamentos e instalações					402.416	407.017
Equipamentos de informática					6.250	3.491
Manutenção de entressafra					97.787	60.775
Imobilizado em andamento					29.205	20.754
Lavouras de cana					992.590	-
Outras imobilizações					1.291	445
Total					1.820.355	602.190

a. Bens dados em garantia

A Companhia cedeu determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos, cujos saldos estão descritos a seguir:

Descrição	Valor líquido
Máquinas, equipamentos e instalações	21.640
Veículos	<u>3.050</u>
	<u>24.696</u>

b. Valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia efetua anualmente análise de recuperabilidade do ativo imobilizado a fim de identificar possíveis indicadores de perda. Em 31 de março 2021 e 2020, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável no ativo imobilizado. Dessa forma, não foram registradas perdas por análise de valor recuperável nestes exercícios.

m. Adições - Efeito na demonstração do fluxo de caixa

	2021
Adições no exercício	384.033
Abertura das adições:	
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	187.262
Outras aquisições de imobilizado	196.771
	2020
Adições no exercício	1.115.033
Compra de lavouras de cana compensada com adiantamentos	(894.362)
Aquisição de imobilizado com FINAME	<u>(3.143)</u>
Saldo de adições com efeito na demonstração do fluxo de caixa	<u>217.528</u>
Abertura das adições:	
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	98.228
Outras aquisições de imobilizado	119.300

18 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores de bens e serviços	87.409	76.963
Fornecedores de cana de açúcar	<u>62.755</u>	<u>122.574</u>
Total	<u>150.164</u>	<u>199.537</u>

Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue durante a safra corrente e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

A Companhia calculou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de março 2021 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na Nota explicativa nº 25.

19 Empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Passivo circulante		
Finame	20.986	25.117
Capital de Giro	320.932	219.914
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA	20.308	77.994
Debêntures	91.322	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	<u>646</u>	<u>-</u>
	<u>454.194</u>	<u>323.025</u>
Passivo não circulante		
Finame	32.487	54.294
Capital de Giro	529.869	698.228
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA	70.000	390.233
Debêntures	208.774	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	<u>347.391</u>	<u>-</u>
	<u>1.188.521</u>	<u>1.142.755</u>
Total	<u>1.642.715</u>	<u>1.465.780</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2021	2020
2021	-	371.460
2022	398.748	342.762
2023	209.738	209.803
2024	167.953	167.953
2025	223.494	44.281

2026	<u>188.588</u>	<u>6.496</u>
	<u>1.188.521</u>	<u>1.142.755</u>

a. Garantias ou avais e fianças concedidas

As garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos são as que seguem:

Garantia	Modalidade	Valor
Aval, AFiduciária de Ativo Imobilizado	Finame	53.473
Aval PJ, Hipoteca Imóveis e AF de Cana	Capital de Giro	850.800
Aval PJ, Hipoteca Imóveis e AF de Cana	CDCA	90.308
Aval PJ, Hipoteca Imóveis e AF de Cana	Debêntures	300.096
Aval PJ	CRA	348.037

A Companhia possui cláusulas restritivas do contrato de financiamento junto as instituições financeiras, sendo as seguintes:

Apresentar, durante toda a vigência do contrato, os seguintes índices:

- Índice de liquidez corrente;
- Dívida líquida/EBITDA;
- Dívida líquida/PL;
- EBITDA/resultado financeiro líquida menos cambial.

Em 31 de março de 2021 estes indicadores foram integralmente atendidos e todas as cláusulas restritivas cumpridas.

b. Movimentação dos empréstimos

31 de março de 2021

Banco	Saldo inicial	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Saldo final
Capital de Giro	918.142	178.457	50.027	(244.169)	(51.657)	850.800
CRA	-	346.874	1.163	-	-	348.037
Debentures	-	359.956	16.283	(61.192)	(14.950)	300.096
CDCA	468.227	-	4.014	(369.956)	(11.977)	90.308
FINAME	79.411	-	5.701	(25.300)	(6.339)	53.473
Total	1.465.780	885.287	77.188	(700.617)	(84.923)	1.642.715

31 de março de 2020

Banco	Saldo inicial	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Acervo da Cia Agrícola	Saldo final
Capital de Giro	289.608	314.122	58.345	(215.183)	(53.705)	524.955	918.142
CDCA	450.149	116.900	35.094	(98.115)	(35.801)	-	468.227
FINAME	25.626	3.143	4.273	(25.361)	(4.656)	76.386	79.411
Total	765.383	434.165	97.712	(338.659)	(94.162)	601.341	1.465.780

c. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e as condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	31/03/2021	31/03/2020		
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Capital de giro	R\$	CDI + (1,69% a 3,40%) a.a.	7,74%	De 2021 a 2025	643.551	643.029	694.650	599.537
Capital de giro	R\$	Taxa Pré (3,65% a 8,37%) a.a.	7,92%	De 2021 a 2026	149.597	149.949	145.995	122.269
Capital de giro	USD	Libor + 1,70%	6,84%	De 2021 a 2022	57.648	53.723	77.423	72.410
Debêntures	R\$	CDI + 2,05 a.a.	7,82%	De 2025 a 2025	300.096	299.785	468.301	381.451
Finame	R\$	Taxa Pré (2,50% a 10,50%) a.a.	7,78%	De 2021 a 2025	30.157	30.174	46.392	39.986
Finame	R\$	TJLP/365 + (4,60% a 6,00%) a.a.	6,48%	De 2021 a 2022	1.712	1.710	8.652	8.337
Finame	R\$	TLP + (6,27% a 7,22%) a.a.	13,07%	De 2020 a 2027	18.773	17.630	20.840	15.675
Finame	R\$	TJLP + (2,70% a 6,00%) a.a.	9,05%	De 2021 a 2022	2.834	2.842	3.338	3.035
Finame	R\$	Selic + 6,40%	12,04%	De 2020 a 2021	-	-	189	135
CDCA	R\$	CDI + 1,75% a.a.	4,50%	De 2025 a 2025	90.308	90.124		
CRA	R\$	IPCA + 4,4474%	12,67%	De 2026 a 2027	348.037	304.709		
Total					<u>1.642.715</u>	<u>1.593.676</u>	<u>1.465.780</u>	<u>1.242.834</u>

20 Passivo de arrendamento

	31/03/2021		
	Arrendament os agrícolas	Parcerias Agrícolas	Total
Movimentação do passivo de arrendamento			
Adoção Inicial - (CPC 06 R2)	52.933	473.708	526.641
Adição de novos contratos (sem efeito caixa)	-	6.071	6.071
Remensuração do contrato (sem efeito caixa)	2.154	19.874	22.028
Pagamento principal	(5.210)	(37.093)	(42.303)
Pagamento juros	(453)	(3.861)	(4.314)
Atualização de juros		7.980	8.866
Saldo 31/03/2020	50.310	466.678	516.988
Adição de novos contratos (sem efeito caixa)	11.783	84.796	96.579
Remensuração do contrato (sem efeito caixa)	8.911	105.417	114.328
Pagamento principal	(19.523)	(164.999)	(184.522)
Pagamento juros	(2.541)	(26.078)	(28.619)
Atualização de juros	2.999	30.401	33.400
Saldo 31/03/2021	51.939	496.215	548.154
Circulante	(13.988)	(144.915)	(158.903)
Não Circulante	(37.951)	(351.300)	(389.251)

Exercícios	31/03/2021	
	Valor Futuro	Valor Presente
2021	142.462	128.391
2022	162.796	139.551
2023	134.970	109.336
2024	89.693	68.620
2025	61.120	44.179
2026	33.296	22.727
2027	28.655	18.476
A partir de 2028	36.125	16.874
	689.116	548.154

21 Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
IRRF	835	882
ICMS	14.751	870
INSS	7.468	7.508
FGTS	1.320	3.573
PIS e COFINS	436	5.419
Outros	866	1.065
Total	25.676	19.317

22 Provisão para demandas judiciais

A movimentação das contingências acima apresentadas ocorreu da seguinte forma:

	2021	2020
Saldo Inicial	20.197	10.779
Adições - saldo de incorporação da Companhia Agrícola Colombo	-	6.334
Adições no exercício (nota 29)	26.371	3.084
Reversões no exercício (nota 29)	(9.858)	-
Saldo Contingências	36.710	20.197
(-) depósito judicial IPI	-	(9.858)
Saldo de contingências líquido dos depósitos	36.710	10.339

A Companhia ainda possui contingências passivas envolvendo questões tributárias e cíveis no montante estimado em R\$ 27.653 (R\$ 3.371 em 2020). Os assessores jurídicos da Companhia estimam ser risco possível ou remoto a probabilidade de perda na defesa apresentada, não tendo sido constituído, desta forma, provisão, conforme práticas contábeis. A administração apoiada pelos seus assessores jurídicos e em recentes decisões, reavaliou as probabilidades de perda para determinadas demandas trabalhistas, e realizou o complemento de provisão no montante de R\$ 36.710.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos	Natureza
Trabalhistas	Reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade, e periculosidade e verbas rescisórias) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas, no montante de R\$ 21.198
Ambiental	Autos de infração ambiental de diversas naturezas (queima de cana, queima de áreas de preservação permanente, entre outras) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas, no montante de R\$ 1.013.
Cível e Administrativos	Processos cíveis e administrativos de diversas naturezas, (danos morais e materiais por acidentes de trânsito, Autos de infração de trânsito e questionamentos de obrigações contratuais), no montante de R\$ 5.442.

23 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social está representado por 1.200.000 ações ordinárias (idêntico em 31 de março de 2020) nominativas, sem valor nominal.

Em 09 de julho de 2020, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital social do importe de R\$ 180.625 sem emissão de novas ações, proveniente da conta reserva de lucros e com parte dos dividendos que haviam sido destinados em março de 2020.

Em 31 de julho de 2020, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a cisão parcial sem cancelamento de ações e com redução de patrimônio líquido, no montante de R\$ 50.680 proveniente da conta de capital social e R\$ 48.914 de avaliação patrimonial, vide nota explicativa 1.1.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	595.366	333.040
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes	(203.265)	(147.725)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>13.225</u>	<u>31.288</u>
Total	405.326	216.603
 Cálculo da Reserva	 5%	 5%
 Complemento Reserva Legal	 <u>20.266</u>	 <u>10.830</u>

c. Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	405.326	216.603
(-) Reserva legal	<u>(20.266)</u>	<u>(10.830)</u>
	385.060	205.773
Percentual sobre o lucro líquido	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u><u>96.265</u></u>	<u><u>51.443</u></u>

d. Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

24 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia objetiva equilibrar as fontes de recursos próprios e de terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2021	2020
Empréstimos e Financiamentos	1.642.715	1.465.780
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(782.102)</u>	<u>(369.452)</u>
(=) Dívida líquida (A)	<u>860.613</u>	<u>1.096.328</u>
Total do patrimônio líquido (B)	1.422.219	1.187.145
Relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido (A/B)	0,61	0,92

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2021

	Notas	Valor contábil			Valor justo			
		Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	25	27.239	-	27.239	-	27.239	-	27.239
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	782.102	782.102		-		
Contas a receber	10	-	93.368	93.368				
Outros ativos		-	3.314	3.314				
Depósitos judiciais	15	-	21.885	21.885				
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	25	72.699	-	72.699	-	72.699	-	72.699
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	18	-	150.164	150.164				
Outras obrigações		-	66.560	66.560				
Dividendos a pagar		-	96.265	96.265				
Parceria agrícola a pagar	20	-	496.215	496.215				
Arrendamento a pagar	20	-	51.939	51.939				
Empréstimos e financiamentos	19	-	1.642.715	1.642.715	-	1.603.900	-	1.603.900

31 de março de 2020	Valor contábil			Valor justo				
	Notas	Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	25	127.857	-	127.857	-	127.857	-	127.857
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	369.452	369.452				
Contas a receber	10	-	80.865	80.865				
Outros ativos		-	3.258	3.258				
Depósitos judiciais	15	-	10.718	-				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos		73.450	-	73.450	-	73.450	-	73.450
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	18	-	199.537	199.537				
Outras obrigações		-	64.199	64.199				
Dividendos a pagar	22	-	53.649	53.649				
Parceria agrícola a pagar		-	466.678	466.678				
Arrendamento a pagar	20	-	50.310	50.310				
Empréstimos e financiamentos	19	-	1.465.780	1.465.780	-	1.242.834	-	1.242.834

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2021.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional (não auditado).

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento de risco. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimentos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

A Diretoria estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia ser oferecidos. A análise da Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, e esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar com a Companhia em base de pagamentos antecipados.

Contas a receber de clientes e outros ativos são relacionadas principalmente aos clientes de atacado da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas tradicionais no mercado.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2021	2020
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9	782.102	369.452
Contas a receber	10	93.368	80.865
Outros ativos		3.314	3.258
Instrumentos financeiros derivativos		<u>27.239</u>	<u>127.857</u>
		<u>906.023</u>	<u>581.432</u>

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2021	2020
Fornecedores e outras contas a pagar	18	216.724	263.736
Empréstimos e financiamentos	19	1.642.715	1.465.780
Dividendos a pagar		96.265	53.649
Instrumentos financeiros derivativos		72.699	73.450
Parcerias agrícolas a pagar	20	541.537	466.678
Arrendamentos a pagar	20	56.398	50.310
Total		2.626.338	2.373.603

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de março de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	150.164	150.164	150.164			
Empréstimos e financiamentos	1.642.715	2.520.505	468.058	866.806	1.185.641	-
Dividendos a pagar	96.265	96.265	96.265			
Instrumentos financeiros derivativos	72.699	72.699	55.815	16.884		
Parcerias agrícolas a pagar	541.537	579.103	152.608	183.999	175.725	66.771
Arrendamentos a pagar	56.398	58.700	15.214	16.325	14.149	13.012
Outras contas a pagar	66.560	66.560	66.560	-	-	-

31 de março de 2020	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	199.537	199.537	199.537			
Empréstimos e financiamentos	1.465.780	1.509.131	366.376	371.460	764.799	6.496
Dividendos a pagar	53.649	53.649	53.649			
Instrumentos financeiros derivativos	73.450	73.450	52.262	21.188		
Parcerias agrícolas a pagar	466.678	571.965	152.437	217.577	164.951	37.000
Arrendamentos a pagar	50.310	50.310	50.310			
Outras contas a pagar	64.199	64.199	64.199			

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras e empréstimos são denominados. As moedas funcionais da Companhia são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas : R\$.

Exposição a riscos cambiais

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir pelos montantes de principal (nacional em R\$):

	Nota	2021	2020
Contas a receber	10	5.082	-
Empréstimos e financiamentos	19	57.648	77.423

Análise de sensibilidade - Risco de moeda

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e a apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização/desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Em 31 de março de 2021:

Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	57.648	14.412	28.824	(14.412)	(28.824)

Em 31 de março de 2020:

Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	77.423	19.356	38.712	(19.356)	(38.712)

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima foram obtidas com as fontes externas de mercado, como Bloomberg e BM&F Bovespa.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Notas	Valor contábil	
		2021	2020
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	9	768.094	367.866
Instrumentos de taxa fixa			
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	19	1.642.715	1.465.780

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, a administração efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumento	Valor	Risco	Cenários					
			Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	768.094	CDI	5,50%	42.245	6,88%	52.806	8,25%	63.368
Passivos financeiros								
Finame	4.547	TJLP	6,65%	(302)	8,31%	(378)	9,98%	(454)
Finame	18.773	TLP	7,44%	(1.397)	9,30%	(1.746)	11,16%	(2.095)
Capital de giro	643.501	CDI	5,50%	(35.393)	6,88%	(44.241)	8,25%	(53.089)
Capital de giro	57.648	Libor	0,28%	(163)	0,35%	(204)	0,42%	(245)
CDCA	90.308	CDI	5,50%	(4.967)	6,88%	(6.209)	8,25%	(7.450)
Debêntures	300.096	CDI	5,50%	(16.505)	6,88%	(20.632)	8,25%	(24.758)
CRA	359.716	IPCA	5,38%	(19.353)	6,73%	(24.191)	8,07%	(29.029)
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>(35.835)</u>		<u>(44.793)</u>		<u>(53.752)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>(8.959)</u>		<u>(17.917)</u>

Fonte: as informações do CDI foram extraídas da base da Cetip e a TJLP retirado da Receita Federal, todas essas com a data-base do último dia útil de março de 2020.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumento	Valor	Risco	Cenários					
			Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	768.094	CDI	5,50%	(42.245)	4,13%	(52.806)	2,75%	(63.368)
Passivos financeiros								
Finame	4.547	TJLP	6,65%	302	4,99%	378	3,33%	454
Finame	18.773	TLP	7,44%	1.397	5,58%	1.746	3,72%	2.095
Capital de giro	643.501	CDI	5,50%	35.393	4,13%	44.241	2,75%	53.089
Capital de giro	57.648	Libor	0,28%	163	0,21%	204	0,14%	245
CDCA	90.308	CDI	5,50%	4.967	4,13%	6.209	2,75%	7.450
Debêntures	300.096	CDI	5,50%	16.505	4,13%	20.632	2,75%	24.758
CRA	359.716	IPCA	5,38%	19.353	4,04%	24.191	2,69%	29.029
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>35.835</u>		<u>44.793</u>		<u>53.752</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>8.959</u>		<u>17.917</u>

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui uma operação de empréstimo no montante de US\$ 20.000 que é impactada pela variação de moeda estrangeira e juros.

A Companhia gerencia esse risco através de instrumentos financeiros derivativos (*Swap* e NDF - *Non-Deliverable Forward*), a fim de proteger as variações entre o dólar americano e o real e a variação da taxa de juros.

A posição dos contratos destes instrumentos financeiros derivativos com fluxo em aberto em 31 de março de 2021, por vencimento e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Modalidade	Banco	Data de Início	Vencimento	Notional USD	Paridade inicial	(Fair value)
NDF	Itaú	04/03/2021	01/02/2022	18.187	2510,60 a 2539,30	622
NDF	Bradesco	03/03/2021	30/11/2021	1.380	5,8411 a 5,8500	127
NDF	BTG Pactual	15/07/2020	06/10/2022	24.264	5,3694 a 5,7556	(7.108)
NDF	Citibank	03/03/2021	29/04/2022	7.080	5,8650 a 5,9703	616
NDF	Fcstone	21/10/2020	24/05/2022	5770	5,4210 a 5,6895	(2.186)
SWAP	Fcstone	16/01/2020	30/09/2021	4903	1614,33 a 1893,21	(8.699)
SWAP	Fcstone	30/03/2021	30/12/2021	2551	2386,65 a 2469,95	(174)
NDF	Itaú	27/05/2020	11/02/2022	14.960	5,2440 a 5,6672	(4.354)
NDF	Rabobank	27/02/2020	24/09/2021	2.200	4,5829 a 4,5900	(2.430)
NDF	Santander	21/02/2020	25/11/2021	24.420	4,4815 a 4,6010	(28.042)
NDF	XP Inv.	24/03/2021	28/01/2022	2.946	5,6810 a 5,6810	(186)
SWAP	ABC Brasil	28/12/2018	06/12/2021	16.717	8,37	1.152
SWAP	Bradesco	25/06/2019	19/05/2026	100.000	CDI + 1,50%	(2.022)
SWAP	Bradesco	26/03/2021	12/03/2027	358.425	CDI + 1,70%	(5.568)
SWAP	Citibank	27/09/2017	27/09/2022	31.550	CDI + 2,50%	24.723
						(33.530)

Durante o encerramento da Safra 2020/2021 foi identificado um descasamento contábil, ocasionado pela variação cambial, tendo como principais motivos, os cenários fiscais, econômicos e políticos, como também os impactos da crise sanitária mundial por Covid-19, impactando diretamente o Brasil e economias mundiais. Conforme previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia pode no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, ao fazê-lo, isso resultará em informações mais pertinentes, porque; elimina ou reduz, significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (algumas vezes denominada como “descasamento contábil”) que ocorreria em virtude de ativos ou passivos ou do reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases diferentes.

Em função do exposto supra a Administração da Companhia entende a necessidade do registro dos instrumentos financeiros derivativos oriundos dos contratos de açúcar negociados na bolsa de Nova Iorque, aos quais estão atreladas aos contratos de termo cambial, com intuito de minimizar os efeitos temporais gerados pela flutuação cambial.

Abaixo elencamos os instrumentos financeiros derivativos aos quais a Companhia está exposta atualmente:

Volume contratado (toneladas)	Data de vencimento	Preço (cents p/lb)	Valor de referência - Nocional (USD)	Ganho (Fair value)
2.700	abr/21	11,42	826	(1.187)
20.000	jun/21	13,47	6.007	(3.375)
28.179	jul/21	13,80	8.827	(3.494)
20.000	ago/21	13,95	6.225	(2.128)
10.000	set/21	13,71	3.054	(1.373)
16.153	out/21	14,60	5.349	(373)
97.033			30.289	(11.930)

A seguir apresentamos os instrumentos financeiros derivativos por natureza e classificação de acordo com o período de liquidação:

	2021	2020
SWAP	9.412	31.587
NDF	(42.943)	(73.127)
Futuros Sugar #11	(11.930)	95.947
	(45.460)	54.407
Ativo circulante	1.901	66.892
Ativo não circulante	25.338	60.965
Passivo circulante	(55.815)	(52.262)
Passivo não circulante	(16.884)	(21.188)
	2021	2020
Instrumentos financeiros derivativos realizados	(53.527)	(7.168)
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	(99.867)	28.227
	(153.394)	21.059
(-) IR e CS Diferidos	52.154	(7.160)
Efeito líquido no resultado da Companhia	(101.240)	13.899

Risco operacional – não auditado

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

26 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos	2020	Reconhecidos		Cisão	2021
		no resultado			
Provisão para contingências	3.665	6.663	-	-	10.328
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	5.454	(1.073)	-	-	4.381
Variação do valor justo do ativo biológico	31.520	(53.660)	-	-	(22.140)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	1.262	12.909	-	-	14.171
Variação de derivativos não realizada	(18.487)	33.944	-	-	15.457
Variação cambial não realizada	10.252	(1.502)	-	-	8.750
Diferença de taxa	(22.118)	4.634	-	-	(17.484)
Custo atribuído	(128.628)	12.160	20.811	-	(95.657)
Custo Aquisição CRA	-	(3.927)	-	-	(3.927)
Outras diferenças temporárias	2.567	3.077	-	-	-
Imposto diferido líquido	(114.513)	13.225	20.811	-	(80.477)

	2019	Reconhecidos no:		Cisão	2020
		Resultado	PL		
Provisão para contingências	6.504	(2.839)	-	-	3.665
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	3.801	-	-	1.653	5.454
Variação do valor justo do ativo biológico	-	31.520	-	-	(18.487)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	-	1.262	-	-	31.520
Variação de derivativos não realizada	(5.530)	(13.175)	-	218	1.262
Variação cambial não realizada	5.044	5.208	-	-	10.252
Variação de valor justo de propriedades para investimento	(12.354)	-	12.354	-	(22.118)
Diferença de taxa	(20.830)	(1.288)	-	-	-
Custo atribuído	(131.089)	8.033	-	(5.572)	2.567
Outras diferenças temporárias	-	2.567	-	-	(128.628)
Imposto diferido líquido	(154.454)	31.288	12.354	(3.701)	(114.513)

b. Conciliação imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	595.366	333.040
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	202.424	113.234
Adições e exclusões permanentes:		
Reflexo da tributação da Companhia Agrícola Colombo (i)	-	(4.435)
Doações a entidades filantrópicas e desportivas	(1.219)	(1.363)
Tributação na fonte sobre venda de créditos de CBIOS (nota 29)	(3.709)	-
Outras adições e exclusões permanentes	(7.456)	9.001
Imposto de renda e contribuição social no resultado	190.040	116.437
Imposto de renda e contribuição social corrente	203.265	147.725
Imposto de renda e contribuição social diferido	(13.225)	(31.288)
Alíquota fiscal efetiva	(32%)	(35%)

- (i) Tal reflexo ocorre por conta da diferença temporal entre a data do Laudo que serviu de base para a Cisão da Companhia Agrícola Colombo e a data efetiva em que a Cisão ocorreu. Para efeitos fiscais a movimentação de dois meses ocorrida nesse período já é de propriedade da Companhia, e portanto, deve ser considerada na apuração de IRPJ e CSLL, no qual deve ser totalmente excluída, visto que já foi tributada na Cia Agrícola Colombo.

c. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2021	2020
Imposto de renda	22.012	22.074
Contribuição social	7.051	6.824
	29.063	28.898

27 Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Açúcar	1.265.665	797.053
Etanol	1.001.445	1.091.418
Energia elétrica	57.462	67.750
Outras vendas	<u>19.385</u>	<u>(20.245)</u>
	<u>2.343.957</u>	<u>1.935.976</u>
(-) Impostos s/vendas	(317.462)	(276.675)
(-) Devoluções a abatimentos	<u>(31.689)</u>	<u>(24.485)</u>
Total da receita	<u>1.994.806</u>	<u>1.634.816</u>

28 Despesas por natureza

	2021	2020
Matéria prima	251.700	717.717
Despesas com pessoal	139.359	155.031
Despesas com manutenção	66.756	99.025
Amortização de manutenção entressafra	98.077	65.808
Fretes, transportes e armazenagem	89.139	63.516
Depreciação	30.766	44.622
Amortização do direito de uso	195.795	-
Amortização do ativo biológico	313.809	7.616
Outras despesas	39.825	62.923
Serviços prestados - pessoa jurídica	75.053	47.284
Taxas e contribuições	5.731	7.239
	1.306.010	1.233.735
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos	(1.131.302)	(1.073.980)
Despesas com vendas	(107.943)	(85.530)
Despesas administrativas e gerais	(66.765)	(73.865)
	(1.306.010)	(1.233.735)

29 Outras receitas líquidas

	2021	2020
Crédito PIS/COFINS (i)	14.787	19.017
Recuperações diversas	3.524	1.485
Venda de sucatas	3.470	1.860
Venda de imobilizado	1.942	25
Venda de CBIOs (ii)	13.475	-
Reversão de contingências (nota 22)	9.858	-
Outras diversas	<u>(1.971)</u>	<u>1.926</u>
Outras receitas	<u>45.085</u>	<u>24.313</u>
Provisão para contingências (nota 22)	(26.371)	(3.084)
Indenizações trabalhistas e cíveis	(6.624)	(3.475)
Outras diversas	<u>(3.555)</u>	<u>(681)</u>
Outras despesas	<u>(36.550)</u>	<u>(7.580)</u>
Outras receitas líquidas	<u>8.535</u>	<u>16.733</u>

(i) Crédito Pis/Cofins

Créditos extemporâneos apurados conforme acordo do Processo 0000992-73.2008.4.03.6106 para exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins. A Sentença e o Acórdão Judicial foram concedidos a Companhia em 18 de outubro de 2018. Houve o reconhecimento do valor principal, até então conhecido em 31 de março de 2019 no valor de R\$ 45.745. No exercício findo em 31 de março de 2020, após efetiva homologação da utilização pelo fisco, foi reconhecido a correção dos juros. A Companhia apurou os referidos créditos com base no ICMS destacado em nota fiscal e em função disso não há expectativa de variações nos valores apurados, em função das recentes decisões do STF sobre o tema.

(ii) CBIOs

Venda de créditos de descarbonização (CBIOs) gerados conforme previsto pela lei 13.576/2017 que criou o Renovabio, utilizada como incentivo da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Tais ativos são emitidos através de metas de descarbonização e são comercializados em bolsa.

30 Financeiras líquidas

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros (i)	4.059	89.545
Variações cambiais ativas	12.710	9.831
Rendimento aplicações financeiras	9.214	12.595
Operações com derivativos	111.668	140.928
Outras	<u>5.649</u>	<u>891</u>
	<u>143.300</u>	<u>253.790</u>
Despesas financeiras		
Juros	(74.201)	(96.237)
CPC 06	(40.430)	(8.866)
Variações cambiais passivas	(20.354)	(30.324)
Operações com derivativos	(264.953)	(95.036)
Outros	<u>(6.307)</u>	<u>(15.756)</u>
	<u>(406.245)</u>	<u>(246.219)</u>

Resultado financeiro líquido (262.945) 7.571

- (i) A redução ocorrida nos juros ativos em relação a 31 de março de 2020, deu-se devido a incorporação da Cia Agrícola Colombo, visto que até a safra anterior existiam operações entre as companhias onde havia incidência de juros, no caso, as operações de CPR que serviam de lastro para as CDCAs que Companhia mantinha com bancos.

31 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de curto e longo prazo.

b. Operações com pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de março de 2021 e 2020, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2021 e 2019, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrem de transações de compra de cana com partes relacionadas e acionistas, e foram realizadas em condições definidas entre as partes.

	<u>Ativo</u>	<u>Resultado</u>
	2021	2020
Ativo não circulante		
Adiantamento para compra de cana-de-açúcar		
Acionistas diversos	50	-
Passivo circulante		
Saldo a pagar referente a compra de cana-de-açúcar		
João Colombo Agrícola S.A	(4.751)	(913)
Custo dos produtos vendidos		
Compra de matéria-prima		
João Colombo Agrícola S.A	(21.134)	-
Companhia Agrícola Colombo	-	(508.707)
Acionistas diversos	-	(21.375)
	(21.134)	(530.082)
Outras receitas		
Arrendamento agrícola		
Companhia Agrícola Colombo	-	1.371
Resultado financeiro		

Receitas financeiras		
Companhia Agrícola Colombo	-	29.044
Despesas financeiras		
Companhia Agrícola Colombo	-	(4.037)
	<hr/>	<hr/>
	(21.134)	(503.704)
	<hr/>	<hr/>

32 Compromissos

A Companhia possui compromissos de parceria agrícola com a João Colombo Agrícola S.A. para a produção de cana-de-açúcar, onde o fruto gerado é dividido pelas duas companhias e a Colombo Agroindústria S.A. se compromete a adquirir a parte do parceiro nos frutos. A cana-de-açúcar a ser adquirida é paga a com base na quantidade de cana-de-açúcar colhida nas áreas da parceira, e multiplicada pelo percentual cabido a ela conforme contrato de parceria vigente. A quantia a ser paga pela Companhia segue a premissa de só haver pagamento quando efetivamente haver a entrega de cana das áreas da parceira. O volume comprometido pela Companhia é de aproximadamente 9.400.000 toneladas de cana por safra, sendo 7.150.000 de acionistas e própria e 2.250.000 de parceiros.

A Companhia possui compromissos de venda de etanol com a Petrobras Distribuidora S/A e Ipiranga Produtos de Petróleo S/A., com volume de entrega de 20.000 m³ por mês até maio de 2021. O preço a ser praticado é baseado na cotação da ESALQ - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.

A Companhia possui compromissos de venda de 264.000 toneladas de açúcar VHP/Cristal fixadas a um preço médio de R\$ 1.380/ton.

* * *

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Renato Cesar Colombo
Anderson Roberto Travagini

Conselheiro

Sergio Augusto Colombo
Flavio Eduardo Colombo
Marcio Benedito Colombo
Carlos Augusto Colombo
Carlos Roberto Colombo
José Luiz Colombo
Fredy Assis Colombo

Contador

Marco Aurelio Belotti
TC CRC 149.826